



instituto brasileiro de
administração municipal

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 18917 / 23
Data 10 / 10 / 23
Fls. 02 Rubrica MD

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saquarema

Ref.: CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2023

PROJETO ESCOLA DE PROGRAMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Processo n.º 11363/2023

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, por intermédio de seu representante legal, vem por meio deste apresentar suas **razões complementares ao RECURSO** protocolado em 04 de outubro de 2023 em face da decisão proferida por essa ilustre Comissão na sessão realizada em 28 de setembro de 2023, conforme consta da Ata de Análise de Habilitação, assim como se manifestar **quanto as razões invocadas em sede recursal pela OSC CASA BRASIL**:

1 – Da tempestividade

De acordo com o disposto na tabela 01 do item 6.1 do Edital de Chamamento Público 03/2023, o prazo para interposição de recursos é de 05 dias úteis contados da data da publicação do resultado final.

Estabelece, ainda, o item 6.6.1 do Edital que o prazo para recurso se inicia com a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Prefeitura Municipal, o que, de acordo com o que consta do Portal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saquarema ocorreu em 03 de outubro de 2023.

Nesse sentido, e considerando que somente em 04/10/2023, após o protocolo de nossas razões recursais contra a habilitação da OSC CASA BRASIL, nos foi dado vistas à documentação da proposta técnica das OSCs participantes, cumpre-nos, neste momento, apresentar, tempestivamente, nossas razões contra a pontuação da proposta técnica, tal como o divulgado na ata da sessão de 28 de setembro de 2023, aproveitando a oportunidade para nos manifestar acerca das ilações lançadas pela OSC CASA BRASIL em sede de Recurso Administrativo protocolado em 05 de Outubro de 2023.

2 – Da pontuação atribuída à OSC CASA BRASIL

2.1. De acordo com a Ata de Análise de Habilitação, foi atribuída à OSC CASA BRASIL, pontuação máxima a todos os itens de pontuação, sendo-lhe conferido 20 pontos. Contudo, como restará demonstrado, a referida OSC não apresentou a documentação exigida para tanto. Senão vejamos:

2.2. Itens 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023.

2.1.1. De acordo com o critério de julgamento constante do Edital, para pontuar nestes itens, a OSC deveria apresentar documentos comprovando: Item 1 - **Experiência da Organização ou Corpo Técnico**, na execução de projeto Educacional e/ou de Fomento a Tecnologias de Programação; Item 2 - **Experiência da Organização ou Equipe de Coordenação**, na Gestão de Programa de Governo, por Parcerias da Lei n.º 13.019/14 e; Item 3 - **Experiência da Organização ou Corpo Técnico**, na Área Educacional.

2.1.2. Estabelece, ainda, o Item 6.5.4.1. que a Experiência Anterior, itens 1 e 3: serão avaliados **pela apresentação de documentos, originais/cópia, que comprovem a experiência da Organização da Sociedade Civil** na execução de **serviços de natureza semelhante** ao objeto desta contratação, estabelecendo que para finalidade de avaliação deste critério, **os documentos comprobatórios deverão ser atestados ou certificados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a experiência da Organização Social e/ou Coordenador** (representante da Entidade na Execução), devendo conter: a) A identificação da pessoa jurídica emitente; b) O nome e o cargo do signatário; c) Timbre do emitente; d) Período de vigência do contrato; e) Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da Organização Social.

2.1.3. Da análise da documentação apresentada na proposta técnica da OSC Casa Brasil, constata-se que esta se resume a apresentar:

- a) Termo de cooperação técnica, com a Associação Kioto Brazilian Jiu Jitsu Ltda., datado de 23 de agosto de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls.979)
- b) Termo de cooperação técnica, com a Associação de Apoio e Desenvolvimento do Brasil – AADB, datado de 28 de maio de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls.983)
- c) Termo de cooperação técnica, com a Soluções Sirion serviços em Informática LTDA, datado de 28 de agosto de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls.986)
- d) Termo de cooperação técnica, com JHBMNETO Participações LTDA (Sistema de Ensino GPI), datado de 11 de setembro de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls. 992)
- e) Termo de cooperação técnica, com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira, datado de 22 de maio de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls. 996)
- f) Termo de cooperação técnica, com a Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho, datado de 24 de maio de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls. 1000)

g) Termo de cooperação técnica, com o Instituto Adventista de Ensino, datado de 11 de setembro de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls. 1005)

h) Termo de cooperação técnica, com a Federação de Esportes Radicais e Esportes de Praia, datado de 11 de setembro de 2023 e que não envolve alocação de recursos financeiros; (fls. 1009)

2.1.4. Verifica-se que de comum, pode-se apontar que todos os documentos foram celebrados há poucos meses e não são atestados ou certificados com os dados e elementos exigidos. A bem da verdade, não passam de meras cartas de intenção que basicamente envolvem a cessão de espaços para apresentação de palestras que não se sabe sequer se foram ou não realizadas.

2.1.4. Com efeito, o que o item exige é a apresentação de atestados ou certificados com os elementos ali relacionados, o que não pode ser suprido pela apresentação de termos de cooperação em curso. O Atestado/Certificado é uma declaração de que as obrigações concretas a cargo da OSC, inclusive no que se refere a regular prestação de contas, foram cumpridas e observadas conforme os termos pactuados e a legislação vigente.

2.1.5. Trata-se, portanto de documentação inapta a comprovar qualquer experiência anterior da OSC ou de seu corpo técnico, tal como exigem os itens 1, 2 e 3 dos critérios de pontuação.

2.1.5. Mas não é só, visto que nenhum se assemelha ao objeto deste Chamamento Público que envolve a execução de projeto com dois anos de duração e alocação de recursos públicos na ordem de 12 milhões de reais, afrontando, assim, o item 6.5.4.1. do Edital de Chamamento Público.

2.1.6. Tudo isso só comprova que, de fato, a OSC CASA BRASIL, foi recriada em Março de 2023, não detém experiência alguma na execução de projetos semelhantes ao objeto do Chamamento Público 03/2023, não atende aos critérios para obter pontuação nos itens 1, 2 e 3 e muito menos aqueles constantes dos artigos 33 e 34 da Lei 13.019/2014.

2.1.7. Por fim, cumpre registrar que também não foram apresentados quaisquer documentos (atestados e/ou certificados) expedidos na forma em que preconiza o item 6.5.4.1 e com os dados ali relacionados que comprovem experiência anterior do Corpo Técnico e da Equipe de Coordenação, tal como exigido nos itens 1, 2 e 3.

2.1.7. Assim, por qualquer prisma que se analise os documentos integrantes da proposta técnica da OSC CASA BRASIL, outra não é a conclusão senão a de que restou caracterizado o não atendimento das exigências constantes dos itens 1, 2 e 3 em questão.

2.1.8. Propugna-se, portanto, pela atribuição à OSC CASA BRASIL de nota ZERO aos Itens 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, de forma a atrair a sanção prevista no campo observações da referida tabela, qual seja, a eliminação de sua proposta técnica, por não apresentar nenhum documento hábil para comprovar experiência anterior, seja em grau pleno ou satisfatório de atendimento.

2.2. Do item 6 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023.

2.2.1. De acordo com o critério de julgamento constante do Edital, para pontuar neste item, a OSC deveria apresentar documentos comprovando possuir **Prêmios e Reconhecimentos públicos** (nacionais ou internacionais) pela **atuação da organização na área social**.

2.2.2. Consta, ainda a informação no sentido de que cada **Prêmio, equivalerá a 0,5 pontos na nota final, podendo atingir no máximo 03 pontos**. Note-se que o item é expresso ao prever pontuação tão somente para os prêmios, diante do que aos “Reconhecimentos públicos” não poderiam ser atribuídos pontos.

2.2.3. Pois bem, a OSC CASA BRASIL não apresentou um único Prêmio sequer, mesmo porque, segundo já restou amplamente comprovado, trata-se de OSC recriada em março de 2023 com poucos meses de atuação. Todos os termos de cooperação (cartas de intenção) apresentadas pela OSC, já relacionadas acima, foram celebrados há poucos meses o que leva a inexorável conclusão de que não há tempo de maturação suficiente para obter prêmios ou mesmo “reconhecimento público” de que executou qualquer ação duradoura, relevante e efetiva na área social.

2.2.4. Todos os “termos de reconhecimento” apresentados se referem a palestras ou participação em eventos recentes, o que, francamente, não pode ser equiparado reconhecimento da atuação da organização na área social e muito menos como prêmio apto a pontuar, trata-se, no máximo, de uma cortesia, reconhecimento pela participação ou reconhecimento por uma boa palestra, mas nada que se assemelhe a “atuação da organização na área social”, mesmo porque, repita-se, a organização é recém-recriada e não teve tempo sequer de concluir um único projeto de ação social, quanto mais premiado ou apto a obter reconhecimento público.

2.2.5. Por tais razões, a luz dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da moralidade administrativa, deve ser conferida pontuação ZERO para este item 6.

2.3. Em suma, a OSC CASA BRASIL não logrou êxito em apresentar documentação hábil para comprovar atendimento aos itens 1, 2, 3 e 6 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, diante do que espera e requer sejam atribuídos ZERO pontos para cada um destes itens de pontuação e consequentemente, sua eliminação, a luz do que determina o critério constante da observação da parte final da Tabela 2 do Item 6.5.4., restando a pontuação final da OSC CASA BRASIL assim distribuída:

CASA BRASIL	
Item 1	0 pontos*
Item 2	0 pontos*
Item 3	0 pontos*
Item 4	3 pontos
Item 5	2 pontos
Item 6	0 pontos
Item 7	2 pontos
Total	07 pontos

*Eliminada (Obs. 1 da Tabela 2)

3 – Da pontuação atribuída ao INSTITUTO SESSUB

3.1. A partir da análise da documentação constante da proposta técnica do INSTITUTO SESSUB, cujas vistas somente nos foram franqueadas em 04/10/2023 e em acréscimo aos apontamentos constantes do Recurso protocolado em 04/10/2023 cabe aduzir que:

3.2. Itens 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023.

3.2.1. De acordo com o critério de julgamento constante do Edital, para pontuar nestes itens, a OSC deveria apresentar documentos comprovando: Item 1 - **Experiência** da Organização ou Corpo Técnico, na execução de projeto Educacional e/ou de Fomento a Tecnologias de Programação; Item 2 - **Experiência** da Organização ou Equipe de Coordenação, na Gestão de Programa de Governo, por Parcerias da Lei n.º 13.019/14 e; Item 3 - **Experiência** da Organização ou Corpo Técnico, na Área Educacional.

3.1.2. Estabelece, ainda, o item 6.5.4.1. que a Experiência Anterior, itens 1 e 3: serão avaliados **pela apresentação de documentos, originais/cópia**, que comprovem a experiência da Organização da Sociedade Civil na execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação, estabelecendo que para finalidade de avaliação deste critério, os documentos comprobatórios deverão ser atestados ou certificados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a experiência da Organização Social e/ou Coordenador (representante da Entidade na Execução), devendo conter: a) A identificação da pessoa jurídica emitente; b) O nome e o cargo do signatário; c) Timbre do emitente; d) Período de vigência do contrato; e) Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da Organização Social.

3.1.3. Da análise da documentação apresentada na proposta técnica da OSC SESSUB, constata-se que esta se resume a apresentar cópia de contratos de gestão e termos de colaboração celebrados com o Município do Rio de Janeiro, o que efetivamente, não atende ao que exige o item 6.5.4.1 do Edital de Chamamento Público 03/2023.

3.1.4. Com efeito, o que o referido item exige é a apresentação de atestados ou certificados com os elementos ali relacionados, o que não pode ser suprido pela apresentação de contratos de gestão e/ou termos de colaboração em curso. O Atestado/Certificado é uma declaração de que as obrigações concretas a cargo da OSC, inclusive no que se refere a regular prestação de contas, foram cumpridas e observadas conforme os termos pactuados e a legislação vigente.

3.1.5. Trata-se, portanto de documentação inapta a comprovar qualquer experiência anterior da OSC ou de seu corpo técnico, tal como exigem os itens 1, 2 e 3 dos critérios de pontuação.

3.1.6. Assim, resta evidente que restou caracterizado o não atendimento das exigências constantes dos itens 1, 2 e 3 em questão.

3.1.7. Propugna-se, portanto, pela atribuição ao INSTITUTO SESSUB de nota ZERO aos Itens 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, de forma a atrair a sanção prevista no campo observações da referida tabela, qual seja, a eliminação de sua proposta técnica, por não apresentar nenhum documento hábil para comprovar experiência anterior, seja em grau pleno ou satisfatório de atendimento.

3.1.8. Em suma, requer a revisão da pontuação atribuídas aos itens 1, 2 e 3 para adequação dos mesmos aos critérios constantes do Edital de Chamamento Público de forma a conferir zero pontos a cada um destes itens, restando a pontuação final da OSC SESSUB assim distribuída:

SESSUB	
Item 1	0 pontos*
Item 2	0 pontos*
Item 3	0 pontos*
Item 4	3 pontos
Item 5	1 pontos
Item 6	3 pontos
Item 7	0 pontos
Total	7 pontos

*Eliminada (Obs. 1 da Tabela 2)

4.1. Do Recurso apresentado pela OSC CASA BRASIL

4.1.1 O Recurso apresentado pela OSC CASA BRASIL, alude, em linhas gerais que:

a) A sua documentação de habilitação é hígida e encontra-se de acordo com o que se exige no Edital de Chamamento Público 03/2023 e na Lei 13.019/2014.

b) Que as propostas do Instituto SESSUB e deste Instituto Brasileiro de Administração Municipal devem ser desclassificadas por "nulidade" porque ofendem os princípios constitucionais da Administração Pública.

4.1.2 Quanto à documentação de habilitação da OSC Casa Brasil, reportamo-nos aos termos do Recurso Administrativo protocolado em 04 de outubro de 2023, o qual tenha-se como aqui transcrito, e às razões complementares ora apresentadas.

4.1.2.1. Conforme exaustivamente comprovado, a OSC CASA BRASIL é uma entidade recém-criada e sabe-se lá por que razão esconde o seu passado, dado que, a princípio, nada impediria a apresentação de seu Estatuto original no lugar de cópia de mero protocolo de alteração estatutária levada a registro.

4.1.2.2. Ademais, o dispositivo invocado pela OSC em sua defesa, qual seja, o item 6.3 do Edital não se aplica ao caso, visto que não apresentou Estatuto registrado e muito menos Certidão de Regularidade Fiscal com o Município do Rio de Janeiro, documentos estes que deveriam constar do Envelope 3, tal como determina o item 6.4.7.2 do Edital de Chamamento Público 03/2023.

4.1.2.3. A conferência da documentação jurídica, fiscal e financeira, bem como do atendimento aos requisitos para qualificação da OSC são atividades que integram a Etapa 4, ou seja, é tarefa a ser realizada após a Etapa 3 e antes das Etapa 5 e 6, que tratam da fase de interposição de recursos.

6.6. Etapa 4: Após a classificação da melhor Proposta técnica (Plano de Trabalho) será aberto o Envelope de documentação, para conferência da documentação jurídica, fiscal e financeira, bem como do atendimento aos requisitos para qualificação da Proponente como OSC.

6.6.1. Etapa 5: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial da Prefeitura Municipal de Saquarema e, iniciando-se o prazo para recurso.

6.7. Etapa 6: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá uma única fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

4.1.2.4. Fora isso, ainda que tais questões fossem surpreendentemente superadas, fato é que a OSC CASA BRASIL foi recriada em março de 2023, ou seja, desatende tanto o Edital quanto a Lei de regência quanto ao requisito de “**criada há mais de três anos com cadastro ativo**”, tal como exaustivamente demonstrado no recurso protocolado pelo IBAM em 04/10/2023. Ou seja, mesmo que se oportunizasse a regularização de toda a documentação de habilitação e se ignorasse que a OSC em questão não apresentou um único atestado/certificado que comprove a experiência anterior, tal como exigido nos itens 1, 2 e 3 da Tabela 2, somente em meados de Março de 2026 a OSC CASA BRASIL atenderia ao requisito de Cadastro Ativo há mais de três anos (item 6.4.7.2, II do Edital).

4.1.3 Quanto ao pedido de desclassificação por “nulidade” decorrente de ofensa aos princípios constitucionais da Administração Pública das propostas do Instituto SESSUB e deste Instituto Brasileiro de Administração Municipal a medida é de todo absurda, irrazoável, despropositada e não só denota o total desconhecimento da OSC Casa Brasil para com os princípios que invoca e dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais incidentes, como também não encontra previsão no Edital de Chamamento Público e na legislação de regência.

4.1.4 Ao fim e ao cabo, o que pede e pretende a OSC CASA BRASIL é que as demais organizações da sociedade civil que se apresentaram ao Chamamento Público promovido pelo Município de Saquarema sejam declaradas inidôneas e impedidas de contratar por suposta violação de princípios constitucionais.

4.1.5 Ao contrário da recém-recriada OSC Casa Brasil, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal comprovadamente atua em prol dos municípios brasileiros e da sociedade em geral há mais de setenta anos.

4.1.6 Ainda que se entenda, tal como entendeu esta ilustre Comissão de Licitação, que as bolsas integrais de estudos, ofertadas pelo IBAM para servidores públicos do Município de Saquarema a título de contrapartida em bens e serviços, possa não se enquadrar em Programa de Ação Social para fins de pontuação do item 7 da Tabela 2, fato

é que a oferta, por si só, não representa ofensa a qualquer norma ou a princípios constitucionais invocados nas razões apresentadas pela OSC CASA BRASIL.

4.1.7 Ademais, ao verificar a grade dos cursos ofertados, percebe-se que ao fim e ao cabo, o maior beneficiado não será o servidor público, mas sim a população de Saquarema que será melhor atendida.

Quadro 1 – Cursos EaD

Curso	Carga-horária
Análise de Risco e Tomada de Decisão	30
Avaliação e Gestão de Desempenho dos Servidores	20
Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico	30
Gestão de Pessoas	30
Gestão Tributária Municipal	20
O Vereador e a Câmara Municipal	30
Políticas Públicas e Governo Local	30
Processo e Técnica Legislativa	20

4.1.8 Neste desiderato, o que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal propõe como Projeto de Ação Social, não objetiva influenciar no julgamento e muito menos constitui qualquer ofensa às normas e princípios de regência, mesmo porque a oferta não está direcionada a um grupo de servidores específico e muito menos aos membros da Comissão julgadora.

4.1.9 O objetivo, não é outro senão promover a qualificação de servidores públicos, responsáveis que são por atender as demandas sociais a cargo do Município.

4.1.10 Ganha relevo, ainda, o fato de que o IBAM é detentor do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, na área de Assistência Social, justamente por atuar na defesa e garantia de direitos sociais (§3º do art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social), tendo reconhecimento do próprio Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social de que as bolsas de capacitação ofertadas para servidores públicos pelo IBAM, em outras oportunidades, integram a cesta de serviços considerados como de Ação Social.

4.1.11 Com efeito, as inúmeras ações desenvolvidas pelo IBAM ao longo dos 71 anos de sua existência tiveram como objetivo contribuir para o aprimoramento da gestão pública em diversas áreas setoriais e refletem-se na qualificação das funções de planejamento, arrecadação, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, dentre outros, tendo como destinatário final o cidadão.

4.1.12 Ao longo da experiência acumulada atuando em prol de uma administração pública municipal eficiente, temos a convicção de que a valorização e qualificação do serviço público reverte em melhoria dos serviços públicos prestados à população e não implica em ofensa a qualquer norma ou princípio de regência.

4.1.13 Assim, em que pese não concordarmos com a decisão da Comissão no sentido de não atribuir pontuação ao item 7 da tabela 2, a insinuação de que agimos em desconformidade com o que preconiza a lei há de ser rechaçada, não havendo razões de

fato ou de direito que autorizem o deferimento do pedido da recém-recriada OSC CASA BRASIL.

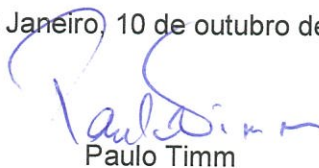
5 – Do Pedido

5.1. Por todo o exposto, requer, respeitosamente, a revisão da decisão impugnada para:

- a) Atribuir à recém-recriada OSC CASA BRASIL nota ZERO aos Itens 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, por não apresentar nenhum documento hábil para comprovar experiência anterior, seja em grau pleno ou satisfatório de atendimento.
- b) Atribuir à recém-recriada OSC CASA BRASIL nota ZERO ao Itens 6 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, por não apresentar nenhum Prêmio ou mesmo “Reconhecimento Público” capaz de comprovar de que executou qualquer ação duradoura, relevante e efetiva em qualquer área que seja, dado que não possui tempo de atividade suficiente para obter prêmios ou mesmo “reconhecimento público” por sua atuação que se resume a participar de poucos encontros e palestras.
- c) Declarar a recém-recriada OSC CASA BRASIL inabilitada a luz do que determina o critério constante da observação da parte final da Tabela 2 do Item 6.5.4, dado que não logrou êxito em apresentar documentação exigida no Edital para fins e pontuação nos itens 1, 2 e 3 da Tabela 2.
- d) Atribuir ao Instituto SESSUB nota ZERO aos critérios de pontuação 1, 2 e 3 da Tabela 2 do Item 6.5.4, do Edital de Chamamento Público 03/2023, por não apresentar nenhum documento hábil para comprovar experiência anterior, seja em grau pleno ou satisfatório de atendimento.
- e) Declarar o Instituto SESSUB inabilitado a luz do que determina o critério constante da observação da parte final da Tabela 2 do Item 6.5.4, dado que não logrou êxito em apresentar documentação exigida no Edital para fins e pontuação nos itens 1, 2 e 3 da Tabela 2.
- f) Negar o pedido da recém-recriada OSC CASA BRASIL para desclassificar por nulidade as propostas do IBAM e da SESSUB nulas, por absoluta ausência de fundamento fático ou jurídico.
- g) Provimto integral dos pedidos ora realizados, assim como os veiculados na peça protocolada em 04/10/2023, que se tenha como aqui transcrita em todos os seus termos.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2023.



Paulo Timm

PAULO TIMM

Superintendente Geral-IBAM

CRA/RJ 20.28439-0

CPF 457.512.429-04